

IV GOVERNO CONSTITUCIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Informação

Orçamento Geral do Estado de 2008 Reforça Estabilidade Nacional e Previne eventual crise económica

Dili, 25 de Junho de 2008

As novas despesas do Orçamento Geral do Estado para 2008, apresentadas pelo Governo AMP ao Parlamento Nacional, são o resultado de uma perspectiva futura das políticas do Governo, particularmente na criação de mecanismos para a prevenção de uma eventual crise económica e para o reforço da actual estabilidade nacional.

O Governo propôs a alteração do Orçamento de 2008 no valor de 347.7 Milhões de USD – aprovado pelo Parlamento Nacional no dia 31 de Dezembro de 2007 – para 773.8 Milhões de USD, apresentando um valor adicional de 425.5 Milhões de USD, 240 Milhões dos quais se destinam directamente ao Fundo de Estabilização Económica.

O Fundo de Estabilização Económica é uma importante ferramenta que o Governo AMP criou para fazer face à recessão económica que se faz sentir a nível mundial, nomeadamente a crise alimentar e o aumento do custo dos alimentos em todo o mundo e, bem assim, combater os efeitos negativos que o aumento do preço dos combustíveis e dos materiais de construção civil possa reflectir a nível nacional.

O Governo está numa situação em que não precisa de esperar o apoio de urgência dos parceiros de desenvolvimento enquanto a população sofre!

Com a criação do Fundo de Estabilização Económica, o IV Governo Constitucional segue as recomendações da Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar, que recentemente reuniu na capital italiana 180 países mais a União Europeia e toma medidas tendentes a Prevenir uma Eventual Crise Económica e a garantir o Reforço da Estabilidade Nacional, que poderia ser posta em causa por uma grave crise económica e social.

O Reforço da Estabilidade Nacional é, pois, outra grande preocupação do Governo AMP, que se reflecte igualmente nos aumentos na despesa destinados ao desenvolvimento dos projectos-piloto que foram bem sucedidos, permitindo que estes não venham a ser suspensos por falta de verba e garantindo que a população beneficie dos resultados num espaço de tempo mais curto que o inicialmente previsto.

Trata-se de projectos-piloto em áreas como a agricultura – particularmente na produção de arroz –, a reparação de estradas, através de mão-de-obra intensiva (“cash for work”) e a formação profissional.

São projectos que não podem parar e que têm vindo a aumentar o poder económico das comunidades locais.

Outros aumentos são dirigidos ao desenvolvimento em áreas essenciais, especialmente no sector da electricidade.

A verba adicional ao Orçamento Geral do Estado para 2008 irá ainda assegurar um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário a todos os funcionários do Estado; a alteração dos subsídios extraordinários e a criação de outros subsídios para os membros das F-FDTL e da PNTL; e a criação de Fundos para apoiar os profissionais no sector público,

incluindo magistrados, oficiais superiores de saúde, docentes e outros técnicos superiores.

A proposta de alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2008 prevê também um aumento nas transferências públicas para fazer face ao aumento do número de beneficiários da Pensão para Idosos; o pagamento de Pensões a Combatentes e Mártires da Libertação Nacional; assistência a deslocados internos; assistência adicional aos peticionários; apoio à organização de competições desportivas a nível regional e nacional; apoio a organizações que prestam assistência em áreas de trabalho prioritário e o reforço do programa “*cash for work*”.

O Orçamento rectificativo permite a criação de Fundos para, entre outras medidas, executar a primeira fase de estudos sobre fontes alternativas de energia e avaliação das necessidades infra-estruturais do país; um programa Piloto de Formação Intensiva de Professores; a compra de medicamentos e fornecimento de serviços aos hospitais; custos relativos às Embaixadas, actuais e futuras; combustível para a produção de energia eléctrica; subsidiar os custos de operação do Berlim-Nakroma e formação de militares das F-FDTL na China, que irão integrar a guarnição dos Navios Patrulha de protecção às águas territoriais e prevenção à pesca ilegal.

Preparando hoje o futuro da Nação, a alteração proposta ao Orçamento Geral do Estado para 2008 garante, entre outros, o primeiro pagamento de dois Navios Patrulha de protecção às águas territoriais; o pagamento inicial da construção de infra-estruturas para a produção e distribuição de electricidade em todo o país; a reabilitação de mais de 200 Km de estradas rurais em todos os distritos; fundos para a primeira fase de construção de um complexo para reciclagem de óleos usados; construção de oito Instalações Agrícolas Regionais e Centros de Manutenção nos distritos, melhoria dos sistemas de irrigação e outras medidas de apoio aos agricultores; instalações temporárias para as Alfândegas e Impostos e projectos de concepção da nova Ponte de Comoro.

Com o objectivo de executar com maior eficácia as políticas que o IV Governo Constitucional se propõe realizar, foi aprovada em Conselho de Ministros a alteração do Regime Geral do Aprovisionamento e Contratação Pública, definindo, nomeadamente, quais as entidades competentes para autorizar o início e a adjudicação nos procedimentos de aprovisionamento.

O Governo entende que é importante implementar algumas medidas de descentralização do Ministério das Finanças para outros ministérios e entidades, permitindo promover alguns dos procedimentos de aprovisionamento próprios do respectivo serviço.

O Governo AMP elegeu o ano de 2008 como o Ano da Reforma, preparando o Estado e as suas Instituições para os desafios que o país enfrenta.
Esta alteração ao Orçamento Geral do Estado de 2008 prepara hoje o futuro da Nação.

#FIM#